



GESTÃO DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

Diferencial na formação do profissional de relações públicas

Profa^a Dra. Sonia Aparecida Cabestré

Prof^a Dr.^a. Regina Célia Baptista Belluzzo

Universidade Do Sagrado Coração – Bauru, SP

1. INTRODUÇÃO

Para que a formação social e política do universitário tenha diferenciais que o coloquem em destaque na vida profissional, é preciso que, desde a graduação, o estudante conheça os modelos de gestão em uma sociedade em mudança e procure transferí-los à prática social, o que torna emergente e de extrema relevância o desenvolvimento de atividades de extensão universitária, garantindo a indissociabilidade do trinômio acadêmico. Daí, a importância das instituições de ensino superior incentivarem e valorizarem essa prática.

Na literatura especializada, abordagens à prática de ações de extensão universitária são raras, sejam em Relações Públicas, como em outras áreas. Verifica-se que não é atribuída à essa função da Universidade, a mesma importância que é dada ao ensino e à pesquisa: a extensão universitária ainda é encarada como atividade terciária, não tendo a devida valorização.

De um modo geral, a principal atividade de extensão dos universitários tem sido os estágios, tanto curricular, como não curricular. Entretanto, pouco se sabe sobre o retorno desses estágios para os estudantes, para a organização concedente e para a universidade.

Considerando que:

- No Curso de Relações Públicas da Universidade do Sagrado Coração o estágio não é obrigatório;
- Apesar da vocação e filosofia da Universidade direcionar suas ações para projetos sociais, ainda não se implementou cultura nesse sentido e têm sido poucos os alunos que demandam à participação para projetos dessa natureza;



- Em decorrência, há necessidade de se buscar ações mais estratégicas a fim de envolver os acadêmicos em projetos de extensão.

Para tanto, elaborou-se um projeto com o objetivo de levantar informações referentes ao processo de extensão universitária junto à comunidade, ao mesmo tempo em que se criou um espaço de discussão no Curso de Relações Públicas, para o aprimoramento dessa prática.

Com base no exposto, apresenta-se neste artigo alguns pressupostos referentes à gestão da extensão universitária, com o intuito de contribuir para a sua melhor compreensão. Busca-se também estimular o desenvolvimento pleno da extensão no Curso de Relações Públicas da USC.

Nesse sentido, é importante destacar que a extensão é o caminho para consolidar a consciência social e cívica do estudante de Relações Públicas. Por outro lado, as atividades de extensão podem tornar-se meios de divulgação da profissão e abertura do mercado de trabalho.

O propósito fundamental do artigo é demonstrar por que e como as atividades extensionistas podem promover a formação profissional do estudante de Relações Públicas, destacando-se os princípios básicos, objetivos e características da extensão universitária e, em especial, o Plano de Extensão da Universidade do Sagrado Coração. Resgata-se, neste sentido, o papel social do profissional de Relações Públicas e apresentam-se os objetivos e principais ações do Núcleo de Pesquisa do 3º Setor da USC - um espaço de construção e expressão comunitária para o acadêmico de Relações Públicas.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 Princípios básicos da extensão universitária

Conforme consta no documento extraído do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras (1998), para que a universidade assuma uma postura voltada para os interesses e as necessidades da maioria da população é necessário retomar alguns princípios básicos presentes na plataforma política da extensão universitária desde 1987, apresentados a seguir:



- a ciência, a arte e a tecnologia devem alicerçar-se nas prioridades do local, da região, do país;
- a universidade não pode se imaginar proprietária de um saber pronto e acabado, que vai ser oferecido à sociedade, mas, ao contrário, exatamente porque participa dessa sociedade, a instituição deve estar sensível a seus problemas e apelos, quer através dos grupos sociais com os quais interage, quer através das questões que surgem de suas atividades próprias de ensino, pesquisa e extensão;
- a universidade deve participar dos movimentos sociais, priorizando ações que visem à superação das atuais condições de desigualdade e exclusão existentes no Brasil;
- a ação cidadã das universidades não pode prescindir da efetiva difusão dos saberes nelas produzidos, de tal forma que as populações cujos problemas tornam-se objeto da pesquisa acadêmica sejam também consideradas sujeito desse conhecimento, tendo, portanto, pleno direito de acesso às informações resultantes dessas pesquisas;
- a prestação de serviços deve ser produto de interesse acadêmico, científico, filosófico, tecnológico e artístico do ensino, pesquisa e extensão, devendo ser encarada como um trabalho social, ou seja, ação deliberada que se constitui a partir da realidade e sobre a realidade objetiva, produzindo conhecimentos que visem à transformação social;
- a atuação junto ao sistema de ensino público deve se constituir em uma das diretrizes prioritárias para o fortalecimento da educação básica através de contribuições técnico-científicas e colaboração na construção e difusão dos valores da cidadania.

No referido documento também destaca-se que, para a formação do profissional cidadão, comprometido com as questões sociais, é imprescindível sua efetiva interação com a sociedade, seja para se situar historicamente, para se identificar culturalmente e/ou para referenciar sua formação técnica com os problemas que um dia terá de enfrentar.

A extensão, entendida como prática acadêmica que interliga a universidade nas suas atividades de ensino e de pesquisa com as demandas da maioria da população, possibilita essa formação do profissional cidadão e se credencia, cada vez mais junto à sociedade, como espaço privilegiado de produção do conhecimento significativo para a superação das desigualdades sociais existentes.



Consta, ainda, no mencionado documento, que o Plano Nacional de Extensão Universitária, além do significado para o desenvolvimento das instituições acadêmicas, é importante porque permite:

- a possibilidade de dar unidade nacional aos programas temáticos que já se desenvolvem em diferentes universidades brasileiras;
- a garantia de recursos financeiros destinados à execução de políticas públicas correlatas, viabilizando a continuidade dos referidos programas;
- reconhecimento, pelo poder público, de que a extensão universitária não se coloca apenas como uma atividade acadêmica, mas como uma concepção de universidade cidadã;
- a viabilidade de interferir na solução dos grandes problemas sociais existentes no país.

2.2 Objetivos do Plano Nacional de Extensão

Os objetivos do Plano Nacional de Extensão são os seguintes:

- Reafirmar a extensão universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, indispensável na formação do aluno, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade;
- assegurar a relação bidirecional entre a universidade e a sociedade, de tal modo que os problemas sociais urgentes recebam atenção produtiva por parte da universidade;
- dar prioridade às práticas voltadas para o atendimento de necessidades sociais emergentes como as relacionadas com as áreas de educação, saúde, habitação, produção de alimentos, geração de emprego e ampliação de renda;
- estimular atividades cujo desenvolvimento implique relações multi, inter e/ou transdisciplinares e interprofissionais de setores da universidade e da sociedade;
- enfatizar a utilização de tecnologia disponível para ampliar a oferta de oportunidades e melhorar a qualidade da educação, aí incluindo a educação continuada e a distância;
- considerar as atividades voltadas para o desenvolvimento, produção e preservação cultural e artística como relevantes para a afirmação do caráter nacional e de suas manifestações regionais;



- inserir a educação ambiental e desenvolvimento sustentado como componentes da atividade extensionista;
- valorizar os programas de extensão interinstitucionais, sob a forma de consórcios, redes ou parcerias, e as atividades voltadas para o intercâmbio e a solidariedade internacional;
- tornar permanente a avaliação institucional das atividades de extensão universitária como um dos parâmetros de avaliação da própria universidade;
- criar as condições para a participação da universidade na elaboração das políticas públicas voltadas para a maioria da população, bem como para se constituir em organismo legítimo para acompanhar e avaliar a implantação das mesmas;
- possibilitar novos meios e processos de produção, inovação e transferência de conhecimentos, permitindo a ampliação do acesso ao saber e o desenvolvimento tecnológico e social do país.

Apesar dos princípios e objetivos, retro e acima elencados, terem sido elaborados por profissionais que atuam em universidades públicas, pode-se inferir que, dadas as devidas condições, as universidades do setor privado podem adequar tais pressupostos ao seu contexto e implementar ações de extensão.

2.3 Cenário e características da Extensão Universitária

Quando surgiu como uma das funções básicas da Universidade Brasileira, na década de 60, a extensão foi conceituada como um conjunto de ações, voltadas para o desenvolvimento das populações. Essa concepção foi influenciada pelo pragmatismo do sistema educacional americano, em que a idéia de extensão estava associada a serviço social e a setor de venda de serviço (CARNEIRO, 1985; apud CALDAS ; BARBOZA).

Segundo Sousa (1994), a Universidade foi criada para ser "Universidade do poder". Porém, a sociedade vem pressionando os centros acadêmicos no sentido de contribuírem de forma concreta para o desenvolvimento nacional e regional. Essa pressão levou a Universidade Brasileira a rever o conceito de extensão (apud CALDAS; BARBOZA).

A partir de 1985, a extensão começa a ser vista como uma forma de ensinar e pesquisar, bem como um conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento da própria



universidade. O objetivo da extensão passa a ser, então, o de projetar e retroalimentar as funções básicas da Universidade: o ensino e a pesquisa. Nesse contexto, verifica-se o envolvimento de professores e alunos em projetos de pesquisa que irão converter-se em processo de aprendizagem e cujos resultados beneficiarão a sociedade (CARNEIRO, 1985, SOUSA, 1994; apud CALDAS ; BARBOZA).

Segundo essas pesquisadoras, no I Encontro Nacional de Pró-Reitores de Extensão Universitária, em 1987, formaliza-se a nova concepção de extensão como "processo educativo, cultural e científico", articulador do ensino e da pesquisa e viabilizador da relação transformadora entre universidade e sociedade.

Sobre esse aspecto, Robinson (1993) esclarece que o compromisso social da Universidade consiste em compreender e influenciar as mudanças sociais, não tendo o papel de agência de desenvolvimento, exercendo a função que é do Estado. Chama a atenção, também, para o fato de que a Universidade não tem responsabilidade direta com o desenvolvimento social, porque a formação de uma sociedade democrática é conquista da própria sociedade (apud CALDAS ; BARBOZA).

Ainda, com base nessa concepção, as autoras mencionadas identificam dois objetivos básicos da extensão universitária. O primeiro é formar um aluno comprometido com a realidade do país e com a diminuição das diferenças sociais. Para tanto, o aluno deve "se deparar e enfrentar a realidade e trabalhar com essa realidade... tenha capacidade crítica de intervir nos problemas reais da sociedade". O segundo objetivo é a formação da cidadania. A Universidade deve instrumentalizar a população, fornecendo elementos para que cada indivíduo perceba e entenda os seus direitos e deveres (apud CALDAS ;BARBOZA, p.3).

2.3.1 Importância da Extensão Universitária

Toaldo (1977) cita cinco benefícios para os estudantes, decorrentes do seu engajamento em projetos de ação comunitária e prestação de serviços à comunidade: o conhecimento da realidade, a formação prática, o treinamento interdisciplinar, a consciência social e a motivação e maturidade. Esclarecendo seu posicionamento, o autor afirma que a extensão universitária amplia a visão e aprofunda o sentido da aprendizagem, que, no curso, é percebida de forma fragmentária. Oferece oportunidade de experiência direta, de aplicação de



conhecimentos que são testados e confrontados com a realidade, a qual difere, muitas vezes, daquilo que foi transmitido no curso. Favorece a troca de idéias com profissionais de várias áreas, e como consequência, o estudante adquire a visão globalizada do seu campo de atuação (apud CALDAS ; BARBOZA).

A atividade de extensão desperta a consciência social do futuro profissional, fazendo com que assuma o compromisso de contribuir para o equacionamento dos problemas sociais da comunidade na qual está inserido o curso. É instrumento de motivação, quando estimula o estudante a tomar-se mais participativo e ativo nas atividades acadêmicas. Contribui para a maturidade do estudante, levando-o a compreender melhor suas possibilidades e limitações (TOALDO,1977; apud CALDAS; BARBOZA).

O referido autor mostra, ainda, a importância da extensão universitária quando afirma que é instrumento de formação social dos estudantes por oferecer ação planejada, estudos e pesquisas em ambientes diversos e reais. Através da extensão, os universitários têm oportunidade de participar do desenvolvimento do país. Todos os cidadãos são chamados a participar desse processo, mas a responsabilidade dos universitários é maior por serem capazes de identificar com mais clareza os problemas da comunidade e de oferecer soluções mais adequadas, lembra Toaldo, 1977 (apud CALDAS ; BARBOZA).

Para Sant'anna (1992) o trabalho de extensão representa "o único caminho para a recuperação da função social da Universidade e restauração da sua credibilidade, na medida em que sensibiliza a comunidade, dando respostas concretas aos seus problemas" (apud CALDAS; BARBOZA).

2.3.2 Atividades Extensionistas

Na visão de Reis (1993), a prática da extensão universitária segue duas linhas de base. Uma denominada eventista-inorgânica que aglutina a realização dos eventos e prestação de serviços, isolados ou desvinculados dos processos ensino-pesquisa e de produção de conhecimento da Universidade. Nesse caso, as atividades extensionistas apresentam-se como difusão do conhecimento, tais como, cursos, seminários, oficinas, palestras, conferências. Assumem também, as formas de difusão de cultura, entre as quais, a apresentação de peças teatrais, orquestras, corais, grupos folclóricos. Como prestação de serviços, a extensão



concretiza-se através de assistência técnica, jurídica, educacional e outras modalidades (apud CALDAS; BARBOZA).

A segunda linha de base é a processual-orgânica que reúne atividades extensionistas de caráter permanente, vinculadas, portanto, ao processo ensino-pesquisa da Universidade. Esta última linha está associada à nova tendência da Universidade de conceber a extensão como processo formativo na mesma dimensão do ensino e da pesquisa. A concretização dessa proposta, verifica-se, conforme recomendação do INSTITUTO EUVALDO LODI (1986) mediante as seguintes ações das Universidades:

- a) atuação nas diferentes comunidades e sociedades em geral;
- b) participação em conselhos e colegiados de organismos de desenvolvimento regional e estadual;
- c) utilização dos serviços complementares, entre eles, bibliotecas, museus, editoras, emissoras de rádio e televisão para interligar-se com a comunidade;
- d) desenvolvimento de programas e projetos multidisciplinares de prestação de serviços à comunidade;
- e) realização de convênios e projetos com as empresas públicas e privadas, objetivando conhecer o mercado de trabalho profissional e contribuir para o seu desenvolvimento,
- f) difusão dos conhecimentos obtidos e continuidade dos serviços prestados à comunidade (apud CALDAS; BARBOZA).

De acordo com as autoras, dentro da política nacional de ensino superior, o estágio supervisionado vem sendo considerado a ação mais representativa da extensão universitária por proporcionar a integração entre universidade e empresa. É visto como atividade extensionista pela legislação, o Decreto nº 87.497/82, quando o estagiário envolve-se em projetos de interesse social e ação comunitária. O referido Decreto regulamenta a Lei nº 6.494/77, que dispõe sobre estágios dos estudantes de ensino médio e superior.

Pelo fato do estágio supervisionado não ser considerado como uma atividade obrigatória no contexto didático-pedagógico do Curso de Relações Públicas, da Universidade do Sagrado Coração, o envolvimento do acadêmico em atividades de extensão deve ser uma das maneiras de exercitar a prática e cumprir o papel social da profissão. Para suprir essa



carência, criou-se um espaço de discussão e desenvolvimento de pesquisas e ações de extensão direcionadas às organizações do Terceiro Setor, de Bauru e Região, surgindo o Núcleo de Pesquisa do Terceiro Setor, constituído por professores e alunos do Curso de Relações Públicas da USC.

Para a elaboração da proposta do núcleo tomou-se como base o “Plano de Gestão das Atividades de Extensão” da USC, apresentado por Belluzzo; Fadel (2002). Referido plano foi delineado com base no Plano Nacional de Extensão 1999-2001 do MEC/Sesu e no documento “Identidade e Missão”, elaborado por Assessoria Externa, como parte do Projeto de Revitalização da Missão da USC-CMU, iniciado em 1998. Considere-se, ainda, que esse Plano de Gestão está em implementação e *ad experimentum*, o que certamente requer seu monitoramento para os ajustes que se fizerem necessários.

2.4 Plano de Extensão da Universidade do Sagrado Coração

2.4.1 Conceituando a Extensão Universitária no âmbito da USC

É um processo educativo, cultural e científico que articula os valores humanos e cristãos, com a excelência na formação científica, o crescimento pessoal e o desenvolvimento de competências técnicas e a produção cultural.

2.4.2 Objetivos da Extensão Universitária na USC

- Promover a articulação entre o espaço educativo da universidade para a formação de profissionais de produção e significação de conhecimentos e de prestação de serviços à promoção humana.
- Estabelecer uma relação dialógica na intervenção junto à sociedade, permitindo uma abertura de construção coletiva e interdisciplinar, de solidariedade e de cooperação, mediante a troca de saberes.
- Interagir de forma ampla com a sociedade, estabelecendo parcerias com os seus diferentes setores no que diz respeito ao envolvimento crítico com os seus problemas de atenção primária e ao atendimento às suas demandas.



2.4.3 Conceitos envolvidos no plano de extensão da USC

a)Compromisso social: refere-se à capacidade de associar a qualificação técnica, acadêmica à formação integral do ser humano, permitindo a (re)construção da dignidade humana e o envolvimento ativo com os problemas e demandas da sociedade. Garantia de que o conhecimento produzido e acumulado na universidade sejam utilizados para diminuir a exclusão social, promover a cidadania e a melhoria na qualidade de vida das comunidades.

b)Ação propositiva: como instituição universitária de caráter comunitário, significa uma atitude propositiva, ativa na oferta de atividades de interesse público, sem fins lucrativos, favorecendo o desenvolvimento econômico, social, político e cultural da sociedade em que se acha inserida, tendo como referência o seu papel social.

c)Interação/Articulação: estabelecer políticas que conduzam a ações que possibilitem a interação e a articulação com os diferentes setores da comunidade local e regional, sob a perspectiva ética e humanista, colocando sempre o saber, a ciência e a técnica a serviço do homem, da justiça.

d)Qualificação Social: constitui o envolvimento da universidade com a sociedade, associando à ação educadora a qualificação técnica da sua comunidade acadêmica, a ética, a possibilidade de uma formação cidadã e cristã, capaz de exercer uma intervenção transformadora na realidade social. É importante consolidar essa prática da extensão, possibilitando a constante busca do equilíbrio entre as demandas sociais e as inovações que surgem do trabalho acadêmico.

2.4.4 Eixos Temáticos

A extensão universitária na USC desenvolve-se tendo em vista os seguintes eixos temáticos, balizados no Plano Nacional de Extensão do MEC:

- Preservação e sustentabilidade do meio ambiente;
- Promoção à saúde e à qualidade de vida;



- Educação básica;
- Desenvolvimento da cultura;
- Transferência de tecnologias apropriadas;
- Atenção integral à criança, adolescente e idoso;
- Capacitação e qualidade de recursos humanos e de gestores de políticas públicas;
- Reforma agrária e trabalho rural.

2.4.5 Em busca de indicadores

- a) Articulação da extensão às bases de pesquisas e programas de ensino. Indução a projetos integrados desenvolvidos na forma de grandes programas institucionais;
- b) Ampliação do intercâmbio e das parcerias (prefeituras, sindicatos, ONGs, instituições públicas e privadas, órgãos de fomento, demais setores da sociedade) na implementação de projetos e programas institucionais;
- c) Articulação da extensão às demais Pró-Reitorias fins e aos programas de ensino médio, de graduação e pós-graduação, para a inclusão da Extensão como atividade curricular;
- d) Organização da extensão em áreas temáticas e linhas programáticas prioritárias de ação;
- e) Estímulo ao aumento da produção dos projetos e ações na área de extensão, instigando a busca e a diversificação de fontes de financiamento;
- f) Incremento a projetos que privilegiem grupos e populações socialmente relevantes.

2.4.6 Atividades que poderão ser consideradas como Extensão na USC

- Ensino: curricular (obrigatório/complementar ou opcional), extra-curricular e processos de educação continuada.
- Pesquisa (interfaces e diálogos existente na produção de conhecimentos que é partilhada com membros/grupos da comunidade; transferência de tecnologia; ou ainda, aplicação de resultados de pesquisa junto à comunidades).
- Programas Institucionais ou Projetos de ação/intervenção social/cultural (contínuas, sazonais ou eventuais).



- Cursos de extensão (mini-cursos, cursos de divulgação, treinamento, atualização e aperfeiçoamento *).
- Eventos: técnico-científicos, artísticos, culturais e desportivos.
- Assessorias e/ou consultorias.
- Produtos e publicações (resultantes de projetos cadastrados na Extensão).
- Prestação de serviços (em qualquer das atividades descritas acima).

2.4.7 Modalidades de Atividades de Extensão

As atividades de extensão deverão ser cadastradas, conforme seu tipo e sua natureza, seguindo a terminologia a ser definida no Sistema de Informações da Extensão Universitária, em consonância com o Plano Nacional de Extensão, em uma dessas modalidades:

Programa de Extensão – conjunto de projetos de caráter orgânico-institucional, ou interinstitucional, estruturantes (portadores de mudanças, inovações) e com clareza de diretrizes voltadas para a missão ou objetivos comuns.

Projeto de Extensão – conjunto de ações/intervenções, processuais e contínuas, de caráter sócio-educativo, cultural, científico e tecnológico (que não sejam as rotineiras e inerentes às funções dos setores), junto a grupos sociais e comunidades.

Prestação de Serviços – conjunto de atividades acadêmicas, ou seja, trabalhos no campo da Extensão, realizados por professores, técnicos e alunos da Universidade, objetivando a transferência para a sociedade, dos conhecimentos produzidos, conservados ou acumulados, em atendimento a uma demanda social ou contratada por terceiros (pessoa física ou jurídica, empresas, instituições públicas, associações, organizações não-governamentais). Devem ser formalizadas em convênios ou contratos de cooperação e podem ser desenvolvidas em qualquer das modalidades de extensão na forma de: estudos, pesquisas ou produtos; produção de material didático, livros, cadernos, cartilhas, revistas, jornais, boletins, *folders*, cartazes, programas de rádio e TV, fitas cassetes, CDs, software; transferência de tecnologia; comercialização de produtos (desenvolvidos no âmbito da universidade); assessorias,



consultorias, auditorias, análises, vistorias, perícias, laudos; ensaios laboratoriais, apresentações artísticas, culturais e desportivas; produção teatral e circense; produção nas áreas de artes plásticas, artes gráfica, fotografia e vídeo, produções na área de música e dança; cursos e ações de educação; diagnósticos profissionais e avaliações.

2.4.8 Classificação das atividades de extensão por linha programática

Além das áreas temáticas, as atividades de extensão deverão ser registradas em uma única linha programática, para facilitar a integração entre grupos ou indivíduos que atuam numa mesma linha. Para tanto, foram criadas Linhas Programáticas, consideradas como temas aglutinadores para a classificação e inserção dos diferentes projetos em desenvolvimento e a serem desenvolvidos, a fim de se efetivar o seu cadastramento no Núcleo de Informações Estratégicas, junto à Pró-Reitoria Acadêmica. Ressalte-se que as Linhas Programáticas, delineadas *a priori*, poderão sofrer alterações à medida da necessidade e da existência de novas demandas para projetos de extensão na USC.

Com base no exposto e, conforme já mencionado, é importante lembrar que no Curso de Relações Públicas as atividades de extensão são incipientes: o curso é novo e funciona no período noturno, condições que muito provavelmente podem se constituir em dificuldades à essa prática. Por outro lado, independente disso, o que se pode notar é que parece existir uma ambiência de motivação nos próprios estudantes, uma vez que têm procurado participar das atividades oferecidas pela Universidade, a despeito das barreiras que possam se fazer presentes.

Dada a temática em estudo, considera-se importante resgatar e apresentar neste artigo o papel social do profissional de Relações Públicas.

2.5 Papel Social do Profissional de Relações Públicas

Para apresentar os principais aspectos desse tema, de relevante importância para a área de Relações Públicas, tomamos como base os estudos realizados por Regina Célia Escudero César e Cicília Maria Krohling Peruzzo.



Para Escudero Cesar (1999, p.1), a teoria das Relações Públicas é fortemente influenciada por conceitos metodológicos positivistas e funcionais. Desde suas primeiras elaborações busca-se legitimar e preservar o sistema vigente, seja estando ao lado de fortes estruturas empresariais isoladamente, seja dentro do contexto macrossocial.

De acordo com a autora, hoje a "preocupação social" anunciada por todo lado do país, força o Relações Públicas a adotar posturas diferentes daquelas praticadas por Ivy Lee, que é considerado o primeiro profissional de relacionamento com os públicos pela literatura da área, e que no trato com a opinião pública foi irresponsável e desumano. É conhecido por todos estudiosos o "final feliz" dado por Lee a um triste capítulo da história desta profissão. Desviou-se a atenção da opinião pública com doações de Rockefeller a casas assistenciais e outros fins também filantrópicos, ficando as marcas da violência contra os funcionários e o impasse criado pela greve sem nenhuma solução. As demissões foram em massa, sem que tal agravante social fosse sequer questionado pela opinião pública, uma vez que esta encontrava-se criticamente adormecida pelas mensagens e atos "generosos" de Rockefeller.

Escudero César (1999, p.1) também ressalta que, hoje esta opção ideológica das Relações Públicas pelo capital tenta ser escamoteada em seus princípios teóricos. Historicamente, a sua teoria teve como base de sustentação o funcionalismo, estreitamente vinculado com o desenvolvimento capitalista. Entretanto, devido às recentes exigências de posturas sociais mais engajadas do profissional, este posicionamento tem se tornado menos explícito, formulando-se *discursos* voltados à qualidade de vida do homem em sua comunidade. A força das Relações Públicas, conforme destaca Escudero Cesar, é ainda pautada na criação de imagens através da promoção de eventos e apoios institucionais a determinadas campanhas, até mesmo sociais. O que se questiona nestes apoios é sua capacidade de reverter o quadro social e criar, verdadeiramente, públicos capazes de corresponder às belas definições de Relações Públicas: Para a autora, é nítida a existência de compromissos fortes com a preservação da situação social existente, mas há também uma prática que, aqui e acolá, vem subvertendo esta visão fragmentada da sociedade. É justamente aí que se encontra uma demonstração clara de um caso isolado onde a prática social, marcada pelo dinamismo, acabou por superar uma teoria, estagnada no tempo e por isto incapaz de criar um novo espaço social. Trata-se de caso raro dentro da relação teoria e prática, onde, em geral, a primeira é vanguarda em relação à segunda.

Dentro do contexto apresentado por Escudero César (1999), destaca-se o seguinte posicionamento:

Até mais ou menos dez anos relações públicas eram concebidas teoricamente e praticadas majoritariamente enquanto um instrumental a serviço do capital, dos governos e da hegemonia das classes dominantes. Mas, a sociedade é dinâmica e, acompanhando as mudanças que vêm ocorrendo no interior da sociedade brasileira, às relações públicas também chegou a vez de deixarem se mudar. Hoje, teórica e prática-mente, é possível falar de relações públicas populares, ou comunitárias, orgânicas às classes subalternas. Ou seja, de um trabalho de relações públicas comprometido com os interesses dos segmentos sociais subalternos organizados ou, num sentido mais amplo, com o interesse público. (PERUZZO, 1993, p.125; apud ESCUDERO CESAR, 1999).

Entretanto, segundo a pesquisadora, a maioria das produções científicas existentes constituem-se em relatos de casos práticos, o que dificulta sua extrapolação a outras realidades. São fórmulas prontas que só cabem dentro de padrões determinados. Não há no relato destes casos uma problematização prévia da realidade, somente a demonstração das técnicas utilizadas para a criação do *case*.

Escudero César (1999) reforça a idéia de que a comunicação comunitária é uma disciplina que vem sendo estudada e explorada pelos pesquisadores da área no Brasil, desde meados dos anos oitenta. É recente, portanto, sua existência científica. Entretanto, já é madura como prática em favor da cidadania da população oprimida e de seus movimentos sociais. Nos anos setenta, marcados pela grande repressão política, a comunicação comunitária esteve presente articulando estes grupos e criando meios alternativos de comunicação como os populares. Encabeçada por intelectuais orgânicos às classes com menores condições de organização e comprometidos com as transformações sociais e políticas, esta prática comunitária auxiliou os movimentos sociais, dando-lhes nova forma e contorno na sua relação com a sociedade e na sua resistência às forças opressoras.

Com base no exposto, é importante enfatizar, segundo a estudiosa, que poucas foram as experiências registradas que poderiam ser utilizadas como referência histórica, a não ser a experiência de Regina Festa, que desde a década de 80 é conhecida como uma pesquisadora da comunicação alternativa e popular. Os anos setenta, de acordo com Regina Festa, foram



um processo de aprendizagem recíproco e dialético entre os intelectuais orgânicos às classes dominadas e seus participantes, apesar de todo o verticalismo que persistiu em muitas experiências. Para Regina Festa, foi uma época em que "muito se dizia e pouco se comunicava por todo o País" (FESTA, 1984, p.68; apud ESCUDERO CESAR, 1999, p.4).

Escudero Cesar também destaca que, nos anos oitenta e noventa é que são expressados os estudos existentes neste sentido, dentre os quais é referência a sua dissertação de mestrado defendida na Universidade Metodista de São Paulo, cujo título é *Relações públicas comunitárias: uma exigência da sociedade civil brasileira*.

Tomando como experiência o seu estudo, a pesquisadora ainda propõe o engajamento do profissional de Relações Públicas na dinâmica social e a reformulação do enfoque teórico que orienta sua atuação, a fim de acompanhar as exigências e transformações ocorridas na sociedade civil brasileira.

Para essa estudiosa, a comunicação é um processo de troca entre emissores e receptores, a fim de que as informações sejam repassadas de forma acessível às partes envolvidas no processo. Sem comunicação social as informações não têm seu valor de troca e nem beneficiam na melhoria da qualidade de vida do cidadão. Não têm, portanto, seu valor social. Uma vez que a comunicação é troca, o saber não pode restringir-se a um só pólo do processo, há que existir o intercâmbio de informações e o crescimento mútuo.

Escudero César (1999) complementa seu posicionamento e ressalta: as Relações Públicas comunitárias apontam para a necessidade de uma revolução na práxis deste profissional, ou seja, algo que signifique o seu engajamento na realidade, buscando a superação de seus conflitos através da comunicação. Para a autora, mais do que uma atividade desenvolvida em bairros periféricos, no sentido popular do termo, as Relações Públicas comunitárias significam uma proposta metodológica onde o profissional passa a conceber a sociedade sob a ótica dialética, procurando a sua transformação. Destaca também, que a teoria das Relações Públicas é fortemente influenciada por conceitos metodológicos positivistas e funcionais. Desde suas primeiras elaborações, busca-se legitimar e preservar o sistema vigente, seja estando ao lado de fortes estruturas empresariais isoladamente, seja dentro do contexto macrossocial. Mais do que uma atividade desenvolvida em bairros periféricos, no sentido popular do termo, as Relações Públicas comunitárias significam uma proposta

metodológica onde o profissional passa a conceber a sociedade sob a ótica dialética, procurando a sua transformação (p.4-5).

Em seu estudo, Escudero César (1999, p. 5) aponta para o seguinte: longe de propor uma revolução ou "luta armada", as Relações Públicas comunitárias buscam o estabelecimento de canais mais verdadeiros de integração, onde o público seja realmente cidadão da comunicação. É fundamental para o Relações Públicas que ele se posicione como sujeito da história a serviço do coletivo e não como agente de criação de projetos para atender a fins individuais.

2.5.1 Relações Públicas Comunitárias e Relações Públicas com a Comunidade

Peruzzo (1999) aponta diferenças significativas entre *Relações Públicas Comunitárias* e *Relações Públicas com a Comunidade*. Para a autora, Relações Públicas Comunitárias dizem respeito às ações que se estabelecem no âmbito das associações e organizações comunitárias, das Organizações Não Governamentais, organizações sem objetivos lucrativos. Relações Públicas com a Comunidade caracterizam-se como as relações que as instituições privadas ou públicas, estabelecem com um dos seus públicos, denominado "comunidade" (p.3).

Para a pesquisadora, sob a ótica das Relações Públicas, *comunidade* é considerada como um dos públicos das organizações, ao lado de vários outros tais como os empregados, a imprensa, os fornecedores, os consumidores etc. Ressalta também que, pensadores, cujos estudos sobre comunidade são tidos como clássicos, apontam, cada um à sua vez, características bastante rigorosas para que determinado agrupamento social seja tomado como "comunidade", muito embora não haja consenso entre os cientistas sociais quanto à natureza de "comunidade".

Em seu estudo Peruzzo (1999, p. 5), seleciona duas definições de comunidade como forma de demonstrar alguns dos elementos característicos nos referidos conceitos:

Uma comunidade humana é um agregado de pessoas funcionalmente relacionadas que vivem numa determinada localização geográfica, em determinada época, partilham de uma cultura comum, estão inseridas numa estrutura social e revelam uma consciência de sua singularidade e identidade distinta como grupo. (Mercer, 1986, p.229, apud Peruzzo).



Para MacIver ; Page (1973, p.122) comunidade existe

onde quer que os membros de qualquer grupo, pequeno ou grande, vivam juntos de tal modo que partilham, não deste ou daquele interesse, mas das condições básicas de uma vida em comum.(...) O que caracteriza comunidade é que a vida de alguém pode ser totalmente vivida dentro dela e todas as suas relações sociais podem ser encontradas dentro dela. (apud PERUZZO,1999, p.5).

Peruzzo (1999, p. 5 -9) ainda esclarece que, de acordo com tais definições, além de agregar outras dimensões de comunidade de outros autores, pode-se inferir que a existência de uma comunidade, numa visão de conjunto, pressupõe a existência de determinadas condições básicas, tais como um processo de relacionamento e interação intenso entre os seus membros, auto-suficiência (todas as relações sociais podem ser satisfeitas dentro da comunidade), cultura comum, objetivos comuns, identidade natural e espontânea entre os interesses de seus membros, consciência de suas singularidades identificativas, participação ativa de seus membros na vida da comunidade, além de configurar-se em um locus territorial específico e limitado. Desse modo, afirma que pensar e planejar as atividades de Relações Públicas junto à chamada "comunidade" implica levar em conta as diferenças, as expectativas, as demandas, o comportamento de cada segmento, bem como as perspectivas futuras e os objetivos da própria instituição.

A pesquisadora também destaca em seu estudo as principais diretrizes de um trabalho comunitário, elencadas por Maria Aparecida de Paula e Ana Luísa C. Almeida , resultado da experiência junto à Alcan Alumínio do Brasil e Andrade Gutierrez, ambas em Minas Gerais, uma vez que traduzem o espírito que devem orientar um trabalho de Relações Públicas com a comunidade:

Partir da ótica das pessoas

Considerar e respeitar a ótica do público atingido.

Tornar comuns conceitos, entendimentos e experiências.

Manter o diálogo com o público, sabendo ouvir anseios e reclamações.



Nunca ignorar ou minimizar problemas reais causados às pessoas decorrentes da interferência da empresa

Intencionalidade

O programa só deve ser iniciado se for decisão política dos empreendedores e houver o comprometimento por parte deles.

Agilidade

Agir com rapidez e senso de oportunidade no retorno às reivindicações evitando rumores e mal-entendidos.

Continuidade e permanência

Programas não devem ser interrompidos para não perderem a credibilidade. A relação com as pessoas é direta e cotidiana, evitando ações isoladas.

Unidade e tratamento personalizado

A abordagem de comunicação deve ter um eixo que lhe assegure unidade, além de sintonia com a ótica da comunidade, além de dispensar tratamento diferenciado aos grupos procurando tratar caso a caso (PAULA ; ALMEIDA, 1998, p.218-219, apud PERUZZO, 1999, p. 15).

Para a estudiosa, as Relações Públicas em interação com a comunidade nos novos tempos, implicam um redirecionamento metodológico. Muda a metodologia de trabalho porque muda o sentido da ação. A lógica da ação unidirecional, autoritária e de cunho propagandístico passa a não ser mais adequada nem aceita pelos públicos (1999, p.16).

Daí, a importância e necessidade dos dirigentes dos Cursos de Relações Públicas incentivarem o corpo docente e discente a direcionarem seus esforços para a elaboração e efetivação de projetos de extensão que beneficiem os setores carentes da sociedade.

A despeito do Curso de Relações Públicas da USC ser relativamente novo, pois iniciou-se em 1998, deve ser ressaltado que, devido à preocupação de desenvolver atividades de extensão envolvendo professores, alunos e organizações de Bauru e Região, concretizou-se



esse anseio com a proposta de criação do “Núcleo de Pesquisa do Terceiro Setor”, cujas ações já são reconhecidas no âmbito da universidade.

2.6 Núcleo de Pesquisa do Terceiro Setor

Considerando a importância de envolver os alunos de Relações Públicas num processo de levantamento de informações sistematizadas (pesquisa), planejamento e desenvolvimento de ações efetivas de extensão, direcionadas ao Terceiro Setor, somada à valorização profissional da área em questão e possibilidade de desenvolvimento da prática laboratorial (Agência Experimental de Relações Públicas), apresentam-se os objetivos de criação de um “Núcleo de Pesquisa do Terceiro Setor” e as principais ações desenvolvidas.

2.6.1 Objetivos

- Criar as condições ideais, com a participação dos alunos, para desenvolvimento de atividades de extensão, pesquisas, intercâmbios de informações e parcerias junto às organizações/instituições que atuam no terceiro setor em Bauru e região;
- Desenvolver um banco de dados das ações empreendidas pelas organizações que atuam no terceiro setor de Bauru e região;
- Possibilitar a vivência e inserção dos acadêmicos no contexto das organizações do terceiro setor;
- Otimizar o desenvolvimento da prática de extensão e de ações de Relações Públicas (planejamento, pesquisa, campanhas.....) junto às organizações do terceiro setor de Bauru e região.

2.6.2 Resultados Esperados

- inserir e valorizar a profissão de Relações Públicas no contexto do Terceiro Setor;
- dinamização das atividades práticas da área de Relações Públicas por intermédio das ações empreendidas;
- praticar efetiva e eficazmente o papel social da profissão;



- desenvolver parcerias com organizações que atuam nesse setor, em especial com o Instituto Ethos.

Desde sua criação, no 2º semestre de 2002, os participantes do “Núcleo de Pesquisa do Terceiro Setor”, sob a Coordenação de uma das autoras, a Prof.^a Dr.^a Sonia Aparecida Cabestré e, com o apoio da Reitoria da Universidade do Sagrado Coração e da Direção do Centro de Ciências Sociais Aplicadas, têm atuado em diferentes ações, com destaque para:

- elaboração e desenvolvimento de pesquisa no Jardim Nicéia, bairro de periferia da cidade de Bauru;
- levantamento de informações e estabelecimento de contatos com setores das Prefeituras de Bauru, Jaú, Botucatu e Lençóis Paulista para elaboração de um Banco de Dados sobre as organizações do 3º Setor dessas cidades;
- realização de diagnóstico junto aos estabelecimentos comerciais e prestadores de serviços, localizados na cidade de Bauru, para verificação da existência ou não de condições para locomoção de deficientes físicos. Busca-se com essa ação criar uma publicação específica para deficientes físicos contendo tais informações e também as que abordem os direitos dos deficientes, seja no âmbito municipal, estadual e federal;
- realização de pesquisa quantitativa junto aos acadêmicos, professores e funcionários da Universidade do Sagrado Coração para identificar os níveis de conhecimento, de participação e expectativas em relação ao Terceiro Setor.

3. Considerações Finais

Levando em consideração os objetivos da extensão universitária, dentro do panorama atual das Universidades Brasileiras, o aluno de Relações Públicas deve ser adequadamente estimulado a participar de modo mais efetivo dos projetos sociais, visando não somente seu preparo profissional, mas principalmente para dar sua contribuição no que diz respeito às resoluções dos problemas sociais multidiversos da comunidade onde está inserida a universidade.

Atualmente, no Curso de Relações Públicas da USC, existe a preocupação em intensificar as atividades extensionistas, integrando-as às disciplinas curriculares. Para tanto, é



necessário que o corpo docente esteja ciente da importância das atividades de extensão e participe de projetos e/ou núcleos de pesquisa que direcionam seus estudos para essa temática. As colocações sobre a importância da extensão para a formação do estudante evidenciam que as atividades extensionistas devem estar integradas ao ensino e à pesquisa, para que resultem numa ação pedagógica conjunta a fim de que não sofra interrupção.

Assim sendo, a extensão universitária deve ser vista pelo Curso de Relações Públicas da USC não como atividade de complementação acadêmica, mas como veículo de formação profissional da maior relevância por levar o aluno a tomar consciência de sua responsabilidade social e contribuir para a credibilidade do seu curso junto à sociedade.

Bibliografia

BAUER, M.W. ; GASKELL, G. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som** : um manual prático. Tradução de Pedrinho A Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2002.

BELLUZZO, R.C.B. ; FADEL, S. de J. **Plano de extensão universitária da Universidade do Sagrado Coração**: diretrizes básicas. Bauru: SP, 2002.

CALDAS, M. A .E ; BARBOZA, J.P. **O papel da extensão na formação do estudante de biblioteconomia**. Disponível em www.informacaoesociedade.ufpb.br Acesso em: 15 de abril/2003.

CESAR, R.C.E. **As relações públicas frente ao desenvolvimento comunitário**. Revista Comunicação e Sociedade. São Bernardo do Campo: SP, nº 32, p. 87-112, jul./dez., 1999.

DOCUMENTO /do/ Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. Natal-RN, 8 de maio de 1998. Disponível no site www.cct.uufpb.br Acesso em: 20 de abril de 2003.

PERUZZO, C.M.K. **Relações públicas com a comunidade: uma agenda para o século XXI**. Comunicação apresentada no GT de Relações Públicas da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares – Intercom, no XXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado no Rio de Janeiro- RJ, em 1999.